

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.542.648 - SP (2019/0205897-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : REIGRI EMPRESA DE MINERACAO EIRELI
ADVOGADOS : MIGUEL DARIO OLIVEIRA REIS - SP111133
ALINE EUGÊNIA DE LIMA ARANTES - SP222119
MAURICIO CESAR JURADO - SP212307
AGRAVADO : IRAHYDES GREPPE BERTHOLINI
ADVOGADOS : ALEXEI FERRI BERNARDINO - SP222700
MARCEL NOGUEIRA MANTILHA - SP224973
INTERES. : DIRCEO DE OLIVEIRA REIS
INTERES. : ODETH MARTELETE GIUGNI
INTERES. : ANA MARIA MOMESSO
INTERES. : ANTONIO MARTELLETE
INTERES. : NAIR MARTELETTE THOMASI
INTERES. : IRACEMA MARTELETTE
INTERES. : HERMELINDA MARTELETTE ANDRE
INTERES. : ADEMAR MARTELETTE - ESPÓLIO
INTERES. : CECILIA BARCHETTA - ESPÓLIO
INTERES. : GRACIOSA MARTELETTI CRIVELARO - ESPÓLIO
INTERES. : JOAO ANTONIO DOS SANTOS FILHO
ADVOGADO : JOAQUIM DE ALMEIDA BAPTISTA - SP013405
INTERES. : IRENE ANHOLON MARTELETTI
ADVOGADO : ARLINDO PIOVESAN - SP136096
INTERES. : BENEDITA MARTELETTE DE OLIVEIRA
ADVOGADO : ADONAI ANGELO ZANI - SP039925
INTERES. : MARCIA APARECIDA CRIVELARO RUSSI - HERDEIRO
ADVOGADA : PRISCILA PIRES BARTOLO - SP206474
INTERES. : MARIA VIRGINIA CRIVELLARO DE ARAUJO - HERDEIRO
INTERES. : RITA DE CASSIA CRIVELARO MANZATTO - HERDEIRO
ADVOGADO : DÉCIO DELVASTE DE ARAÚJO - SP036744

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 858):

APELAÇÃO - INTEMPESTIVIDADE RECONHECIDA - OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EXTEMPORÂNEA QUE NÃO INTERROMPE O PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DE OUTROS RECURSOS - PRECEDENTES DO STJ - RECURSO INADMISSÍVEL - ART. 932, III, CPC - RECURSO NÃO CONHECIDO.

Superior Tribunal de Justiça

Opostos embargos de declaração, foram acolhidos, com efeitos infringentes, para dar provimento ao recurso de apelação da parte agravada, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 886):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - HIPÓTESE DOS AUTOS EM QUE SE RECONHECE A TEMPESTIVIDADE DO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELA EMBARGANTE - APLICAÇÃO DA REGRA DO ART. 191, CPC/1973 (ART. 229, ATUAL CPC) - LITISCONSÓRCIO PASSIVO COM DIFERENTES PROCURADORES - PRAZO EM DOBRO - EMBARGOS ACOLHIDOS COM EFEITOS MODIFICATIVOS. GRATUIDADE DE JUSTIÇA - PESSOA NATURAL - SUFICIÊNCIA DA DECLARAÇÃO DA PARTE - ART. 99, § 3º, DO CPC - BENEFÍCIO DEFERIDO.

EMBARGOS DE TERCEIRO - FRAUDE À EXECUÇÃO - IMÓVEL DADO EM HIPOTECA PARA GARANTIA DE DÍVIDA CONTRAÍDA PELOS EXECUTADOS - POSTERIOR INCORPORAÇÃO DO REFERIDO BEM AO PATRIMÔNIO DE EMPRESA DA QUAL OS DEVEDORES ERAM SÓCIOS À ÉPOCA, APÓS CITAÇÃO E OFERTA DOS RESPECTIVOS EMBARGOS - ART. 64 DA LEI 8.934/1994 E ARTIGO 1.245, CC - INSTRUMENTO ARQUIVADO NA JUNTA COMERCIAL DANDO CONTA DA INCORPORAÇÃO DO BEM À PESSOA JURÍDICA QUE DEVE SER REGISTRADO JUNTO AO REGISTRO DE IMÓVEL PARA DAR PUBLICIDADE À TERCEIROS - ALTERAÇÃO NO QUADRO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA QUANDO JÁ CORRIA AÇÃO CONTRA EX- SÓCIO, BEM COMO QUANDO JÁ AVERBADO REGISTRO DA PENHORA - EVIDENCIADA A MÁ-FÉ DA EMBARGANTE - SENTENÇA REFORMADA PARA JULGAR IMPROCEDENTES OS EMBARGOS DE TERCEIRO - RECURSO PROVIDO.

Opostos novos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação dos arts. 64 da Lei nº 8.934/94; 1.485 do Código Civil; e 932, incisos I e III, do Código de Processo Civil de 2015; bem como divergência jurisprudencial.

Sustenta que "as provas trazidas aos autos demonstram sem sombras de

Superior Tribunal de Justiça

dúvidas que não houve fraude aos credores" e que ficou caracterizada a "total intempestividade do recurso em comento" (e-STJ, fl. 973).

Afirma que, no caso, houve julgamento além dos limites da lide, bem alega a ocorrência de perempção e decadência.

Contrarrazões apresentadas.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

Inicialmente, observo que a decisão de admissibilidade por meio da qual foi negado seguimento ao recurso especial, está baseada em entendimento firmado por esta Corte Superior no julgamento do REsp 956.943/PR (Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Corte Especial, DJe 1º/12/2014), realizado sob a sistemática dos recursos repetitivos (arts. 1.036 a 1.041 do CPC), no qual foi estabelecida a seguinte tese jurídica (Tema 243):

Para fins do art. 543-C do CPC, firma-se a seguinte orientação:

1.1. É indispensável citação válida para configuração da fraude de execução, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 615-A do CPC.

1.2. O reconhecimento da fraude de execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente (Súmula n. 375/STJ).

1.3. A presunção de boa-fé é princípio geral de direito universalmente aceito, sendo milenar parêmia: a boa-fé se presume; a má-fé se prova.

1.4. Inexistindo registro da penhora na matrícula do imóvel, é do credor o ônus da prova de que o terceiro adquirente tinha conhecimento de demanda capaz de levar o alienante à insolvência, sob pena de torna-se letra morta o disposto no art. 659, § 4º, do CPC.

1.5. Conforme previsto no § 3º do art. 615-A do CPC, presume-se em fraude de execução a alienação ou oneração de bens realizada após averbação referida no dispositivo.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse contexto, impende esclarecer que o Tribunal de origem, ao exercer o juízo de conformidade e aplicar a tese repetitiva ao caso concreto, o faz em caráter exclusivo e definitivo, de modo que se torna inviável a interposição de qualquer outro recurso com a finalidade de rediscussão das referidas matérias.

Com efeito, a decisão agravada foi publicada já na vigência do atual Código de Processo Civil, o qual prevê, em seu art. 1.030, inciso I, alínea "b", e § 2º, que caberá agravo interno contra a decisão que negar seguimento a recurso especial interposto contra acórdão proferido em conformidade com entendimento do STJ, firmado em julgamento de recurso repetitivo.

No caso, a parte agravante interpôs agravo em recurso especial, nos termos do art. 1.042, *caput*, do CPC/2015, e não agravo interno perante o Tribunal de origem, não sendo admitida, na hipótese, a aplicação do princípio da fungibilidade do recurso, como era permitido na vigência do CPC/1973.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 1.030, I, B, DO CPC DE 2015. CABIMENTO DE AGRAVO INTERNO NOS TERMOS DO ARTIGO 1.030, § 2º, CPC DE 2015. INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO PREVISTO NO ARTIGO 1.042 DO CPC DE 2015. ERRO GROSSEIRO. INAPLICÁVEL O PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. PRECEDENTES.

AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A decisão agravada foi publicada já na vigência do atual Código de Processo Civil, o qual prevê no art. 1.030, I, "b", § 2º, do CPC de 2015, que cabe agravo interno contra a decisão que nega seguimento a recurso especial interposto contra acórdão em conformidade com entendimento do STJ em recurso repetitivo.

2. A parte agravante interpôs agravo em recurso especial previsto no art. 1.042, *caput*, do CPC de 2015 e não o agravo interno perante o Tribunal local, não sendo admitida, consoante a lei e jurisprudência do STJ, a aplicação do princípio da fungibilidade recursal. Precedentes.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.083.826/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 18/8/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO. JUROS REMUNERATÓRIOS. DECISÃO QUE INADMITE RECURSO ESPECIAL FUNDAMENTADA EM REPETITIVO. APLICAÇÃO DO CPC/15. NÃO CABIMENTO DE AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. FUNGIBILIDADE RECURSAL. INAPLICABILIDADE. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1 - Agravo em recurso especial que está sujeito às normas do CPC/15.

2 - Conforme determinação expressa contida no art. 1.030, I, "b", e § 2º c/c 1.042, "caput", do CPC/15, é cabível agravo interno contra decisão na origem que nega seguimento ao recurso especial com base em recurso repetitivo.

3 - A interposição de agravo em recurso especial constitui erro grosseiro, porquanto inexiste dúvida objetiva, ante a expressa previsão legal do recurso adequado.

4 - Agravo interno no agravo em recurso especial não provido, com majoração de honorários. (AgInt no AREsp 1.046.451/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 11/5/2017.)

Assim, o recurso é manifestamente inadmissível.

Quanto ao mais, verifica-se que a decisão agravada negou seguimento ao recurso especial com base, também, na ausência de demonstração da apontada violação legal e na inviabilidade de reexame de fatos e provas (Súmula 7 do STJ).

A parte agravante, porém, não impugnou todos os fundamentos da decisão recorrida, deixando de refutar, especialmente, a motivação concernente à incidência da Súmula 7 do STJ.

Registre-se que a impugnação há de ser específica, de modo que, inadmitido o recurso especial, a parte recorrente deveria, no mínimo, apontar a matéria de direito discutida no recurso especial e apresentar julgados recentes desta Corte Superior para amparar sua tese, explicitando os motivos pelos quais o conhecimento das questões ventiladas no recurso especial não esbarram nos óbices apontados e demonstrando, quando for o caso, que realizou o cotejo analítico indispensável à configuração do dissídio jurisprudencial.

Superior Tribunal de Justiça

É certo que não cabe ao julgador deduzir ou inferir o fundamento que sustente a pretensão da parte, devendo o recurso trazer a devida motivação, de forma explícita. Com efeito, incumbe à parte agravante infirmar, especificamente, os fundamentos adotados na decisão que não admitiu o recurso especial, em obediência ao princípio da dialeticidade dos recursos, segundo o qual os recursos devem ser bem fundamentados, sendo necessária a impugnação específica a todos os pontos analisados na decisão recorrida, para dar efetivo cumprimento ao disposto no art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015.

Nesse sentido, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 182. INCIDÊNCIA.

1. [...]

2. Não merece conhecimento o agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão denegatória de seguimento ao recurso especial.

3. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt no AREsp 1.486.424/RN, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 9/9/2019, DJe 11/9/2019.)

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO QUE DEIXA DE IMPUGNAR ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO ORA AGRAVADA. INCIDÊNCIA DOS ARTS. 932, III, E 1.021, § 1º, DO CPC/2015 E DA SÚMULA 182 DO STJ. [...].

1. Inexistindo impugnação específica, como seria de rigor, aos fundamentos da decisão ora agravada, essa circunstância obsta, por si só, a pretensão recursal, pois, à falta de contrariedade, permanecem incólumes os motivos expendidos pela decisão recorrida. Incide na espécie o disposto no arts. 932, III e 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 e a Súmula n. 182 do Superior Tribunal de Justiça.

2. [...]

3. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no REsp 1.791.273/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE

Superior Tribunal de Justiça

SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/8/2019, DJe 20/8/2019.)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. NÃO CONHECIMENTO. ART. 932, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. SÚMULA 182/STJ. APLICAÇÃO POR ANALOGIA. [...].

1. Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil/2015, não se conhece de agravo cujas razões não impugnam especificamente o fundamento da decisão agravada. Aplicação, por analogia, do enunciado n. 182 da Súmula do STJ.

2. Em atenção ao princípio da dialeticidade, cumpre à parte recorrente o ônus de evidenciar, nas razões do agravo em recurso especial, o desacerto da decisão recorrida.

3. [...]

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.360.316/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 1º/7/2019, DJe 7/8/2019.)

Assim, ausente impugnação específica e suficiente para infirmar os fundamentos da decisão agravada, aplica-se, por analogia, o entendimento consolidado no enunciado da Súmula 182 do STJ.

Em face do exposto, não conheço do agravo.

Observados os limites previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015, deixo de majorar os honorários advocatícios arbitrados em favor da parte recorrida, porque já fixados no limite legal máximo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora